



Reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

26.06.2009

Acta Reunião Ordinária n.º 06/2009

Ao vigésimo sexto dia do mês de Junho de dois mil e nove, pelas 09h30, reuniu nas instalações da CIMT, em Tomar, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a presença dos elementos constantes da lista anexa, (sete membros, sendo que na sua falta, o Senhor Presidente da C.M. de Constância se fez representar pelo Senhor Vereador Pratas, o Sr. Presidente de Ferreira do Zêzere pelo Sr. Vereador Jacinto Lopes). Estiveram igualmente presentes Eng.ª Paula Remédios e Rita Trindade da CIMT com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações

- 1.1. Conselho Consultivo da ARSLVT – Representante da CIMT
- 1.2. Documentação a remeter à Assembleia Intermunicipal
- 1.3. Brochura 5 Castelos 5 Rios

2. Protocolo Governo Civil

3. QREN

- 3.1. Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
- 3.2. Protocolo de participação e colaboração entre os Municípios – Análise

4. Actividade da CIMT

5. Cartografia Numérica Vectorial e Ortofotos à escala 1:2000, dos aglomerados urbanos do Concelho do Médio Tejo – Informação n.º AD/08/2009

6. Seguros em conjunto – Análise

7. Taxa de Ocupação Passagem Subterrânea

8. MTD

- 8.1. Fibra Óptica
- 8.2. Lançamento do Portal Empreendedor

8.3. Infraestruturas Camarárias – Georeferenciação

9. Resumo Diário de Tesouraria / Dívidas

10. Outros

10.1. Canil/Gatil – Utilização da Incineradora – Ponto Situação

10.2. Recuperação IVA aos Municípios – Deloit

10.3. Município – Planos Municipais de Emergência

11. Aprovação da Acta da Reunião Anterior

Antes do Período da Ordem do Dia

a) Informação n.º17/SIG/2009 – Disponibilização de planos municipais de ordenamento do território na Internet – Lei n.º56/2007 de 31 de Agosto

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º17/SIG/2009 – Disponibilização de planos municipais de ordenamento do território na Internet – Lei n.º56/2007 de 31 de Agosto, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Presidente do Conselho Executivo deu conhecimento aos Senhores Presidentes presentes do conteúdo da referida informação tendo todos ficado cientes dos assuntos em causa, nomeadamente da necessidade de serem publicadas online os Planos de Ordenamento do Território.

b) Informação n.º01/PF/2009 – Renovação do Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo da Dra. Elizabeth Torres (Sector da Contabilidade)

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º01/PF/2009 – Renovação do Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo da Dra. Elizabeth Torres (Sector da Contabilidade), anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente deu conhecimento aos restantes membros do Conselho Executivo sobre a necessidade da renovação do contrato da técnica Elizabeth, verificando-se que apenas existia na CIMT uma técnica a assegurar todo o serviço de contabilidade, verificando-se algumas insuficiências aos vários níveis de contabilidade, património, aprovisionamento e economato.

Após este considerando, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a referida informação. Mais, foi deliberado, por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

1. Informações

1.1. Conselho Consultivo da ARSLVT – Representante da CIMT

Foi apresentado ao Conselho Executivo cópia do ofício da ARSLVT 16542 de 17/06/2009, sobre o Conselho Consultivo da ARSLVT, IP, anexo à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo comentou com os restantes Presidentes que o Decreto-Lei.º 222/2207 de 29 de Maio vinha aprovar a nova orgânica das Administrações Regionais de Saúde, pelo que, vinha a ARSLVT, no âmbito da criação do Conselho Consultivo, solicita à CIMT a designação de um representante.

Os Senhores Presidentes de Abrantes, Tomar e Vila Nova da Barquinha, consideraram pertinente existir um representante da CIMT.

Após alguma discussão, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, que o representante seria o Presidente do Conselho Executivo, podendo este, delegar a representação em qualquer outro Presidente das Câmaras Municipais da CIMT.

1.2. Documentação a remeter à Assembleia Intermunicipal

Foram presentes ao Conselho Executivo, cópia de diversos documentos para serem presentes na Reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, anexos à presente acta e da qual fazem parte integrante.

O Senhor Presidente da Barquinha perguntou qual era a ordem de trabalhos da referida reunião, tendo-lhe sido fornecida essa informação.

Os membros do Conselho Executivo ficaram cientes dos vários documentos e tomaram conhecimento do seu conteúdo.

1.3. Brochura 5 Castelos 5 Rios

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ofício enviado às Câmaras Municipais sobre a Brochura 5 Castelos 5 Rios, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva comentou que o presente ofício tinha sido enviado às C.M. para que fosse remetida uma análise final. Comentou igualmente que apenas 4 Municípios responderam. O Senhor Presidente do Conselho Executivo comentou igualmente que fazia todo o sentido ter esta brochura integrada num conjunto de iniciativas para promover o Médio Tejo.

A Secretária Executiva realçou a necessidade desta ser analisada pelos técnicos municipais e aprovada.

O Senhor Presidente da C.M. de Abrantes referiu a necessidade de serem identificadas nos mapas da referida brochura a questão das praias com bandeira azul e que esta informação poderia ser obtida no site da ARH.

Após este considerandos, o Conselho Executivo deliberou por unanimidade:

- a) Aprovar o modelo da brochura;
- b) Aprovar a reprodução da brochura;
- c) Aprovar a inserção nos mapas das praias com bandeira azul;
- d) Elaborar uma proposta de reprodução da brochura a trazer à próxima reunião do Conselho Executivo.

O Senhor Presidente da Barquinha deu conhecimento aos Senhores Presidentes do problema que se estava a passar com o rio Tejo e, igualmente referiu a moção que tinha sido enviada para a CIMT por parte da Assembleia Municipal desta Autarquia – “Moção Por um Tejo Vivo”.

Comentou que estavam a ser feitas manifestações em diferentes sítios e, que ele próprio tinha estado em Talavedra/Espanha. Explicou que estava em causa a necessidade premente de defender uma gestão razoável, sustentável, transparente e participativa da bacia hidrográfica do Tejo, para garantir o cumprimento da regulamentação comunitária em vigor e a protecção e a protecção do rio a fim de assegurar a disponibilidade de água em quantidade suficiente e de qualidade.

Comentou que se os transvases em Espanha avançarem que vão surgir vários problemas. Referiu igualmente a necessidade de ser preparada uma tomada de posição por parte da CIMT com várias entidades para Outubro, depois das eleições.

Após estes considerandos e depois de apresentada a referida moção, o Conselho Executivo, deliberou, por unanimidade:

- manifestar forte preocupação pelo actual estado da bacia hidrográfica do Tejo, nomeadamente quantidade e qualidade da água, bem como, frequentes alterações do ecossistema face ao aumento da temperatura que resulta dos baixos caudais;

- questionar as autoridades Portuguesas sobre a posição nacional relativa à eventualidade da existência de no futuro de novos transvases em Espanha em zonas mais próximas da fronteira, o que a confirmar-se terá impactos muito significativos.

Requerer ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional que:

a) Promova o cumprimento da Directiva Quadro da Água junto da Comunidade Europeia, designadamente, garantindo que o Plano de Bacia Hidrográfica do rio Tejo em Espanha assegure os caudais ecológicos e uma política de transvases equilibrada;

b) Exigir o cumprimento permanente dos caudais ambientais do Tejo.

2. Protocolo Governo Civil

Foi presente ao Conselho Executivo cópia de um Protocolo de Colaboração entre o Governo Civil de Santarém, a Autoridade Florestal Nacional, a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

Foi referenciado pela Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) que este assunto já tinha sido trazido à reunião anterior do Conselho mas que tinham ficado muitas dúvidas no que respeitava às questões de gestão e manutenção.

Os Presidentes concordaram com esta situação e face a todas as dúvidas decidiram deliberar, por unanimidade, que seja marcada uma reunião com o Governo Civil e a Lezíria para serem solicitados mais esclarecimentos. Após esta reunião, os resultados terão de ser presentes na próxima reunião do Conselho Executivo.

3. QREN

3.1. Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º8/2009/QREN – Candidatura às Redes Urbanas de Competitividade e Inovação, bem como logótipo da Rede de Constelação Urbana do Médio Tejo, ambos anexos à presente acta e do qual fazem parte integrante.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) esclareceu junto com o Senhor Presidente do Conselho Executivo que se pretendia analisar e avaliar a participação da CIMT, enquanto entidade promotora, na candidatura a apresentar no âmbito do Aviso de Concurso Centro-RUC-2009-02 do Regulamento Específico Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, uma vez que o prazo para entrega da referida candidatura terminava no dia 10 de Julho do corrente ano.

Foram tecidos alguns comentários sobre a questão da candidatura valorizar e juntar as cidades, impacto que beneficia indirectamente todos os Municípios da CIMT.

Estabeleceu-se um amplo debate sobre os objectivos da candidatura.

Após estes comentários, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a referida informação nos vários pontos que eram submetidos à consideração superior; igualmente, foi definido como responsável no âmbito do Projecto Âncora, previsto na referida candidatura, o Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMT, com a possibilidade de delegar a sua representação em outro Presidente de Câmara da CIMT.

No que diz respeito ao logótipo, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos (conforme anexo).

3.2. Protocolo de participação e colaboração entre os Municípios - Análise

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º07/2009/QREN – Protocolo de Participação/Colaboração entre a CIMT e os Municípios, no que concerne aos Projectos Intermunicipais, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) comentou que tinha sido decidido proceder-se à elaboração de uma proposta de Protocolo de Participação/Colaboração entre a CIMT e os Municípios, para ser celebrado entre ambos aquando da implementação de um projecto Intermunicipal no âmbito do QREN.

Os Senhores Presidentes mostraram concordância com o teor, no entanto discordaram com a redacção, devendo este ser modificado para uma versão mais simples. Ficou ainda decidido que apesar de ter de ser elaborada uma versão mais simples, os projectos continuam com o seu andamento normal.

4. Actividade da CIMT

Foi presente ao Conselho Executivo cópia dos diferentes quadros, das diferentes Unidades Orgânicas com ponto de situação dos projectos e estudos respeitante a cada uma, anexos à presente acta e da qual fazem parte integrante.

Os membros do Conselho Executivo tomaram conhecimento do seu conteúdo.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) comentou com os Senhores Presidentes que no que respeitava ao projecto do SAMA, ainda havia câmaras que não tinham

respondido ao pedido de esclarecimentos definidos aquando da reunião havida com o Presidente da C.M. de Abrantes e Vereador Jacinto. Comentou que esta situação era delicada para o correcto desenvolvimento dos projectos do SAMA. Esclareceu que 95% do MTD I estava concluído e que talvez fosse necessário provocar uma nova reunião para definir uma nova estratégia.

Ficou então deliberado, por unanimidade, que fosse marcada uma nova reunião com o Senhor Presidente de Abrantes e o Senhor Vereador Jacinto para se definirem novas estratégias.

5. Cartografia Numérica Vectorial e Ortofotos à escala 1:2000, dos aglomerados urbanos do Concelho do Médio Tejo – Informação n.º AD/08/2009

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º AD/08/2009 – Verificação da exactidão posicional altimétrica – Cartografia Numérica Vectorial e ortofotos à escala 1:2000, dos aglomerados urbanos dos Concelhos do Médio Tejo – Proposta de Adjudicação; Autorização para a realização da despesa; Aprovação da Minuta do Contrato, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo comentou que a referida cartografia se encontra em execução desde o final de 2006, verificando-se imprescindível a sua validação posicional altimétrica. Comentou que esta será homologada pelo IGP. Esclareceu igualmente que se tinha de garantir a qualidade do produto final principalmente em termos de Modelo Digital de terreno. Sendo que a CIMT não tem equipamento para o fazer, verificava-se a necessidade de contratar serviços no valor de cerca de 24 mil euros com uma empresa externa, para garantir o controlo de qualidade.

Após a análise desta situação, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a referida informação.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos (conforme anexo).

6. Seguros em conjunto – Análise

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º15/TT/2009 – Aquisição conjunta de seguros para todos os Municípios, anexa á presente acta e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) comentou aos Senhores Presidentes que havia dúvidas quanto à figura da CIMT como entidade agregadora nesta aquisição dos seguros; comentou igualmente que como a CIMT pretendia efectuar outras aquisições da mesma natureza que, se encontrava a envidar esforços junto de um jurista que apoia a Vortal, para colocar dúvidas sobre aspectos legislativos. Referiu que se julgava conveniente que antes de se proceder aos contactos com os Municípios se esclarecessem estas dúvidas para uma melhor e eficaz análise sobre os procedimentos a ter.

Foi referido que poderia haver uma redução de custos de cerca de 40%.

Após estas explicações, foi deliberado, por unanimidade, pelo Conselho Executivo, que se deveria avançar com os seguros em grupo.

Mais, foi deliberado, por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos (conforme anexo).

7. Taxa de Ocupação Passagem Subterrânea

Foi presente ao Conselho Executivo cópia de um "paper" sobre a Taxa de Ocupação da Passagem Subterrânea, enviada pela Divisão Financeira da C.M. de Tomar, na qual estão indicadas as Câmaras Municipais do Médio Tejo que aplicam a taxa de ocupação da passagem subterrânea, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

Foi avaliado o interesse em haver uma concertação a nível do Médio Tejo sobre a taxa a aplicar relativa à ocupação do espaço subterrâneo das infra-estruturas da rede de gás.

Constatou-se que esta situação é muito diferente da C.M. para C.M.

Na oportunidade teceram-se comentários sobre o direito da passagem subterrânea das infra-estruturas respectivas taxas e licenciamentos. Analisou-se com maior cuidado a situação da fibra óptica face à especificidade da questão.

Na altura abordaram-se os problemas que têm surgido com a aplicação da legislação sobre a construção dos Parques Infantis. Por se ter constatado que esta situação era delicada foi acordado a Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) reunir-se com a Dra. Diva da C.M. de Tomar, a fim de preparar informação sobre este assunto para a próxima reunião do C.E.

Na oportunidade a Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) comentou que a legislação técnica que tem sido publicada desde alguns anos tem sido muito exigente colocando Portugal num patamar quase "acima" de alguns países nórdicos, exigindo esta situação uma capacidade financeira que julga ser acima das nossas capacidades.

Ficou acordado a Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) analisar esta questão em simultâneo com o ponto 8.1. com o Dr. Pina da Costa da C.M. de Abrantes para uma futura tomada de posição do Conselho Executivo.

8. MTD

O Senhor Presidente de Abrantes, antes de dar início a estes pontos, solicitou se poderia apresentar um power point intitulado "Balance Score Card", anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente de Abrantes fez a referida apresentação, comentando igualmente que estava a implementar na sua autarquia. Os restantes membros do Conselho Executivo tomaram conhecimento do conteúdo, tendo solicitado que o documento fosse enviado para todas as autarquias.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) comentou que nenhuma das C.M. tinha respondido ao ponto de situação do SAMA, conforme fora acordado na última reunião, através do envio de um e-mail do passado dia 1 de Julho dirigido aos Senhores Presidentes com conhecimento aos técnicos de informática e de SIG. Manifestou grande preocupação pelos atrasos que este assunto pode ocasionar no desenvolvimento do SAMA.

8. 1. Fibra Óptica

Este assunto foi já abordado no ponto 7 da presente acta.

8.2. Lançamento do Portal do Empreendedor

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 2/RT/ASA/2009, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo e a Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) informaram os restantes Presidentes de que o Portal do Empreendedor se encontrava online desde Fevereiro, mas que, estava muito pouco divulgado, pelo que, seria importante uma boa divulgação para o exterior, pois também se começava a verificar alguma interacção através do preenchimento de fichas na qual as empresas davam a conhecer as suas potencialidades.

Foi referido que eram apresentadas duas propostas; com e sem custos para a CIMT:

... "Sem custos:

1. Conferência de Imprensa no auditório da CIMT, na qual seria apresentado o Portal à comunicação social (local, regional e nacional);

2. Preparação de um anúncio para colocar:

- Boletins Municipais das Câmaras;

- Sites das Câmaras;

3. Newsletter direccionada só para este assunto para enviar (mailing) para os empresários da região.

Com custos:

1. Divulgação nos cinemas, nomeadamente através da colocação de um anúncio nas salas de cinema, antes de começarem os filmes (shopping de Torres Novas e Santarém, por exemplo);

2. Preparação de um anúncio para colocar em órgãos de imprensa escrita – jornais nacionais e regionais de grande tiragem e revistas da especialidade;

3. Produção de brindes alusivos ao site, tais como esferográficas, blocos de notas, tapetes de rato, fitas promocionais ou outro material de escritório útil, para disponibilizar em locais municipais públicos (com o apoio dos nossos municípios), enviar às empresas e oferecer em eventos ou a quem nos visita”.

Após estes esclarecimentos, e tendo em conta o período das eleições, foi deliberado por unanimidade, aprovar a hipótese sem custos, ficando este assunto de ser analisado após as eleições.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos (conforme anexo).

8.3. Infraestruturas camarárias-Georeferenciação

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 18/SIG/2009 – Rede de Infra-Estruturas – água, esgotos, electricidade, telecomunicações, gás, fibra-óptica – Informação Georeferenciada, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 8.1., tendo sido deliberado, por unanimidade, pelo Conselho Executivo que os serviços da CIMT, nomeadamente o SIG, deveriam analisar esta situação com os serviços camarários das Câmaras Municipais.

9. Resumo Diário da Tesouraria/Dívidas

Foi presente ao Conselho Executivo, cópia de diversos documentos, nomeadamente, resumo diário da tesouraria n.º 65/2009 em 31/05/2009, Mapa de participações em dívida com ponto de situação em 29 de Junho de 2009, anexos à presente acta e do qual fazem parte integrante.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) comentou aos Senhores Presidentes que a situação era delicada e que poderia colocar em causa o funcionamento da CIMT.

Os membros do Conselho Executivo tomaram conhecimento do conteúdo de ambos os documentos, tendo ficado igualmente com a noção de que deveriam proceder ao pagamento de valores em dívida que eram bem visíveis, de modo a não comprometer o funcionamento da CIMT.

10. Outros

10.1. Canil/Gatil – Utilização de Incineradora – Ponto de Situação

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 2/2009 SMA - Canil/Gatil – Utilização de Incineradora – Ponto de Situação, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) observou junto dos Senhores Presidentes que, na sequência da última reunião do C.E. o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas tinha ficado de verificar os encargos para a incineração de canídeos, visto que os restantes municípios comentavam que os valores que se verificavam eram elevados. Por sua vez, o Município de Abrantes enviou à CIMT uma proposta de uma empresa privada para este tipo de serviços com preços mais baixos que os apresentados pelo Canil de Torres Novas.

O Senhor Presidente da Barquinha comentou que talvez fosse oportuno a marcação de uma reunião com os 4 proprietários do Canil (Torres Novas, Alcanena, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha).

Na sequência destes esclarecimentos, não houve qualquer tipo de evolução sobre o assunto.

10.2. Recuperação IVA aos Municípios – Deloitte

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) explicou aos Senhores Presidentes que a empresa Deloitte, através da sua Divisão Tax-IVA tem realizado vários trabalhos junto de diversos Municípios (Évora, Porto e Maia) e outras entidades públicas, no sentido de validar os procedimentos de recuperação de imposto e garantir que se encontra a ser deduzido todo o IVA que se mostra possível face à legislação em vigor, tendo sido detectadas e corrigidas diversas ineficiências, de valor significativo.

Comentou igualmente que algumas das operações realizadas pelos Municípios são tributadas em IVA, conferindo, portanto, o direito à recuperação do imposto incorrido para a realização de tais operações.

Face às restrições existentes ao nível do direito à dedução do imposto incorrido, a área do IVA encerra, neste tipo de entidades, um potencial enquanto vector de poupança fiscal, em virtude de, através da implementação de procedimentos alternativos ao nível da recuperação, ser exequível poder-se garantir, uma maior eficiência no respectivo tratamento e, portanto, uma redução de custos.

Após estes esclarecimentos ressaltou que a Deloitte procederá, em primeiro lugar, a um diagnóstico sem qualquer custo associado, para analisar a adopção destes procedimentos.

Os membros do Conselho Executivo deliberam, por unanimidade, após lhes terem sido dados estes esclarecimentos, que era necessário auscultar os técnicos da Área Financeira dos municípios. Tendo sido comunicado que estava agendada uma reunião com os técnicos da Área Financeira das C.M. para troca de experiências ficou acordado solicitar a presença naquela reunião da empresa para uma futura tomada de posição.

10.3. Municípa – Planos Municipais de Emergência

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ofício FIN 6536, enviado pela Municípa sobre os Planos Municipais de Emergência, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

Os membros do Conselho Executivo tomaram conhecimento do seu conteúdo e deliberaram, por unanimidade, que por parte da CIMT e das Câmaras Municipais não havia interesse de imediato.

11. Aprovação da Acta da Reunião Anterior

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da acta da reunião anterior, 29 de Maio de 2009, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

Depois de lida foi aprovada por unanimidade, a referida acta.

Pelas 12 horas o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Rita Trindade, para o efeito designada, redigiu e também assina para:

- Dar início à 1ª Reunião da Assembleia da Agência de Energia e Ambiente do Médio e Pinhal Interior Sul – Médio Tejo 21, cujos assuntos ficam redigidos na acta da referida reunião.

Tomar, 26 de Junho de 2009.